

A VONTADE DE SOBREVIVÊNCIA SEGUNDO NIETZSCHE: CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A RACIONALIDADE E O AUTOCONHECIMENTO DO HOMEM¹

ANILDO DE SOUZA SILVA

Discente de Filosofia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
anildo.br@gmail.com.

Resumo: O intento primordial desse trabalho consiste em investigar, a partir do horizonte hermenêutico descerrado pela obra “Genealogia da moral”, do filósofo contemporâneo Friedrich Nietzsche, mais especificamente a partir de alguns aspectos destacados no prólogo do texto, de que modo o autor alemão compreendeu que o paradigma humano proposto pela tradição filosófica ocidental, a saber, enquanto um ser estritamente racional – isso em detrimento dos instintos, pulsões e sentimentos – não conduz o homem ao autoconhecimento.

Palavras-chave: Existência. Racionalidade. Sobrevivência. Vontade.

35

“Juro-vos, senhores, que uma consciência muito perspicaz é uma doença, uma doença autêntica, completa.”

(DOSTOIÉVSKI. **Memórias do subsolo**. 2009, p. 18.)

Introdução

No decorrer da história da filosofia contemporânea, foram timbradas e incessantemente apregoadas diversas imagens acerca de Friedrich Nietzsche, bem como do seu filosofar. E, sem sombra de dúvida, a figuração mais recorrente será justamente aquela que contempla tal pensador como sendo um filósofo emblemático da rebeldia. Tal efígie pode ser claramente contemplada na mui conhecida expressão

¹ O presente ensaio corresponde, com adaptações estilísticas mínimas, a um trabalho apresentado na III Semana Acadêmica de Filosofia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Campus de Vitória da Conquista – BA, Brasil), sob o tema: **Filosofia e Existência**, no período de 14 a 18 de outubro de 2013.

de inspiração nietzschiana “filosofia a golpes de martelo”². Desse modo, por diversas vezes destacar-se-á tão fortemente esse aspecto crítico do autor, que se corre o risco de destinar ao esquecimento – quando não ao descaso – o legado nietzschiano à própria tradição filosófica, isso enquanto reflexão existencial. O presente texto, elaborando uma investigação pautada sobretudo no prólogo da obra “Genealogia da moral”: uma polêmica (1887), tenta embrenhar-se em uma direção alternativa a essa tendência. Nesse rumo, não se realiza uma leitura estrutural do texto, mas procura-se apenas dar relevo à uma questão filosófica nele suscitada. Para tanto, almeja-se abranger um ponto exclusivo do pensar nietzschiano, a saber, pretender-se-á compreender a interpretação do autor alemão de que a crise no paradigma da racionalidade humana poderia principiar uma possibilidade de autoconhecimento ao homem.

II – A interpretação nietzschiana de homem a partir da vontade de sobrevivência

Em toda a história da tradição filosófica ocidental, desde o seu começo clássico, perpassando a era medieval da denominada “filosofia cristã” e, finalmente, nas épocas moderna e contemporânea, a reflexão filosófica, salvo algumas raríssimas exceções, sempre se pautou na determinante importância da racionalidade como o princípio primeiro e último de explicação da existência como um todo. Desse modo, segundo a referida tradição, a razão incessantemente se apresenta como sendo o critério explicativo do mundo, da vida e do homem. Em palavras diversas, a filosofia ocidental engendrou um paradigma interpretativo para a totalidade existencial e esse referido parâmetro de medida constitui-se precisamente na racionalidade humana; logo, todo e qualquer elemento distinto da razão deve ser desdenhado enquanto subsídio de explicação da vida. Nessa direção de demonstrar a escolha exclusivista que a filosofia empreendeu pela racionalidade, assim escreve o professor Marconi Pequeno em “A moral e as emoções” (PEQUENO, 2002, p. 80 – 81):

ao negar a evidência inelutável do *pathos* como elemento constitutivo

² Alusão à parte do subtítulo da obra nietzschiana “Crepúsculo dos ídolos”, ou “Como se filosofa com o martelo” (1888).

das nossas tomadas de decisão, a filosofia preferiu se confiar ao universo da racionalidade. Regido por sua vocação logocêntrica, o pensamento filosófico referia-se às paixões apenas para denunciar seu aspecto deletério. A filosofia ignorou assim a positividade das paixões na constituição da personalidade dos indivíduos.

Em uma senda semelhante, apresenta-se, de um modo inovador e desafiador, a perspectiva nietzschiana. Pois, segundo a mesma, a razão deve adquirir outra valoração, haja vista a racionalidade, a partir de Nietzsche, será compreendida não como aquilo que é o mais precípuo no humano, mas sim como uma espécie de artefato tardio de algo ainda mais primitivo, mais originário, a saber: a vontade de sobrevivência.

Nessa ótica hermenêutica, Nietzsche procurará vislumbrar alguns aspectos anteriores à racionalidade e que foram determinantes para a formação do humano. Assim, a vontade de poder ser (ou “vontade de potência”) será entendida como uma força imanente³ que entremeia e edita tudo o que existe, ou seja, todas as coisas possuem uma, por assim dizer, vontade de impor a sua permanência individual na existência. Por exemplo, uma árvore possui a “vontade” de continuar existindo, isto é, não há nela ou em qualquer outra coisa existente, pelo menos àquelas que não padeçam de alguma patologia, o desejo de autodestruição.

A partir dessa interpretação “cosmológica” da vontade de poder, Nietzsche compreende que a mesma engendra nos seres vivos – e isto obviamente inclui o homem – a vontade de sobrevivência, isto é, todo ser vivente possui a vontade de estender a sua presença na vida, de continuar prolongado o seu viver ao máximo de tempo possível. Assim sendo, conseqüentemente, haverá a aparição da afirmação da vida também por parte do ser humano.

Contudo, ao experimentar a vida, o homem percebeu que não possui, diferentemente de outros seres viventes, certas ferramentas as quais lhe possibilitem diante dos desafios impostos pela própria natureza, tais como as intempéries do tempo, o confronto com as bestas selvagens etc., zelar mais adequadamente pela sua

³ Neste sentido, a interpretação à noção nietzschiana de vontade de poder, aqui proposta, arriscadamente dista, em certa medida, da célebre e minuciosa hermenêutica empreendida por Martin Heidegger em sua obra “Nietzsche” (1961). Nesta obra o pensamento nietzschiano é contemplado como sendo a última das reflexões metafísicas da tradição filosófica, pois, segundo Heidegger, Nietzsche questionara a verdade, mas não o valor da verdade; bem como a arte funcionaria no pensamento nietzschiano como uma espécie de portal de acesso à verdade. (Cf. HEIDEGGER., 2010, p. 5 – 195). Assim sendo, a vontade de poder nietzschiana será entendida, na ótica de Heidegger, como um conceito metafísico, logo, não imanente; o inverso da perspectiva aqui aventada.

sobrevivência. Porém, a vontade de sobrevivência, por seu turno, criou um instrumento fundamental para a concretização prática da afirmação da vida no homem. Ora, esse dispositivo arquitetado pela vontade de sobrevivência para que o homem possa afirmar a vida é a razão. Desse modo, a razão é uma espécie de ferramenta presente no homem e que fora criada nele pela vontade de sobrevivência. E tal feitura ocorre para que o mesmo, ou seja, o homem possa solidificar a sua afirmação da vida, isto é, para que ele possa criar possibilidades de sempre tentar viver. Portanto, em última instância, existe algo que é mais fundamental no homem - no sentido de ser mais arcaico -, algo que antecede a sua própria racionalidade, a saber, a vontade de sobrevivência enquanto manifestação da imanente vontade de poder ser.

Dessa maneira, para o pensamento nietzschiano, definitivamente a razão, entendida de modo isolado e absoluto, não deve ser o sustentáculo hermenêutico para a compreensão do ser humano. Se assim o fosse, o homem deveria ser compreendido como um ente estrita e essencialmente racional e, então, se contemplaria confusamente o produto como sendo o produtor. Tal racionalidade servir-lhe-ia como sendo a sua diferença específica para os demais seres do mundo, entretanto, note-se que o filósofo contemporâneo não se encaminha nessa direção, mas, ao contrário, Nietzsche entende que antes de se soerguer o edifício da razão, far-se-á ordinário compreender os alicerces sobre os quais tal construção se encontra fundada. Estes citados alicerces da racionalidade, de acordo com a visão de Nietzsche, são a vontade de poder ser e a vontade de sobrevivência.

Assim, através de um argumento que procura ver uma sequência entre a vontade de poder ser, perpassando pela vontade de sobrevivência e chegando-se, enfim, à racionalidade, Nietzsche busca interpretar o ser humano como um ente que não se encontra circunscrito nas fronteiriças da razão, mas, sim, como um ente que vai para além disso, pois o mesmo ainda possui a arcaica e constantemente latente vontade de continuar vivendo.

Essa argumentação nietzschiana não se constitui como um apelo à gradação de perfeição, tal qual faz Agostinho ao falar dos níveis da realidade ⁴, como se a razão fosse um estágio de excelência mais elevado, o qual sucederia a vontade de sobrevivência. Mas, ao contrário, o argumentar de Nietzsche nem sequer resvala na

⁴ Cf. AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. 1995.

noção de perfeição, ou seja, o filósofo alemão não está investigando se, com o desenvolver da racionalidade, o homem tornou-se mais perfeito do que outrora fora, pois o foco aqui é outro: o homem, que, para sobreviver, necessitou desenvolver o apetrecho da racionalidade, continua sendo mais do que aquilo que ele produziu, isto é, o homem é mais do que a simples razão; por consequência, a alegação nietzschiana parece ser de um cunho quase que filogenético⁵ e não de graus de perfeição, afinal, como é sabido – similarmente ao defendido por Nietzsche – houve, na evolução humana, a incorporação de comportamentos de base não racional (por exemplo, as emoções) que foram constituídos para garantir a própria sobrevivência do homem. Pois, é possível detectar a presença de uma racionalização das emoções; elas são, portanto, uma fonte de interpretação da realidade; isso ao revelar que o indivíduo, ao ser afetado pelo mundo, responde com comportamentos que visam garantir a sua sobrevivência.

Portanto, as influências do corpóreo e dos elementos, utilizando um neologismo, “pré-rationais” (tais como a vontade de sobrevivência e as emoções) são imprescindíveis para as respostas do homem frente ao mundo e os seus desafios, isto é, as potências “pré-rationais” são basilares para o direcionamento comportamental humano. Nesta rota de reconhecimento daquilo que antecede a razão, assim escreve Marconi Pequeno, em “A moral e as emoções” (PEQUENO, 2002, p. 81):

as emoções, assim como as outras funções mentais superiores – imaginação, percepção, memória, inteligência – assumem uma importância fundamental no controle do comportamento. A natureza do nosso repertório de atitudes emocionais não depende apenas de nossas funções cerebrais, pois o corpo e a percepção que dele temos se constituem como elementos fundamentais para a configuração das respostas emocionais.

Contudo, é indispensável ressaltar que Nietzsche não está decretando ou mesmo declarando o triunfo do irracionalismo como princípio de ajuizamento da existência humana; ao invés disso, o pensador contemporâneo adverte para a necessidade de se compreender que para que o homem possa lograr o entendimento da razão, primeiramente ele deverá perpassar pelos seus fundamentos primordiais.

Segundo a perspectiva nietzschiana, apresentada no prefácio à “Genealogia

⁵ Termo aqui empregado em um sentido próximo ao da evolução natural, postulada Charles Darwin, em sua principal obra: “A origem das espécies” (1859).

da moral”, o ser humano moderno ocidental, ao contrário daquilo que imagina, determinantemente não possui o conhecimento da verdade acerca de si mesmo. Para Nietzsche, existe uma espécie de “auto-desconhecimento”⁶ desse tipo de ser humano, não na acepção de uma privação de conhecimento de si próprio, mas sim enquanto um juízo errôneo de si. E o mesmo, ou seja, o “auto-desconhecimento” do homem é devido justamente à desmedida confiança que o próprio ser humano assenta sobre a racionalidade enquanto absoluta matriz interpretativa de toda a existência. Nesse sentido, o homem inexatamente cogita que conhece a si mesmo através do uso da faculdade da razão. Dito de outro modo, usufruindo da racionalidade o ser humano acredita ter atingido o seu autoconhecimento, pois ele seria, antes de qualquer outra coisa, um ser racional. Todavia, tal convicção humana se constitui em uma incorreção ou, no mínimo, em uma imprecisão, devido à sua parcialidade hermenêutica, haja vista a razão, por assim dizer, pura e simples, não consegue perscrutar aquilo que o homem em verdade é, nem abrange o homem em sua totalidade. É justamente neste rumo do “auto-desconhecimento” humano, advindo da certeza resoluta que o homem fia sobre a razão, que assim escreve o filósofo contemporâneo no prefácio à “Genealogia da moral” (NIETZSCHE, 1998, p. 7):

nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos somos desconhecidos – e não sem motivo. Nunca nos procuramos: como poderia acontecer que um dia nos encontrássemos?

Enfim, como já observado, segundo Nietzsche, não é possível compreender o homem apenas como um mero ser racional, afinal, a sua tão exaltada racionalidade caracteriza-se como sendo uma espécie de decorrência recente de algo mais primitivo. Por isso mesmo, para Nietzsche, tentar compreender cabalmente o homem como um ser de conhecimento – isso evidentemente através do uso exclusivo do

⁶ Em consonância com aquilo que é sustentado pelo tradutor brasileiro das obras nietzschianas, Paulo César de Souza, o termo desconhecimento, aplicado no neologismo “auto-desconhecimento” do presente texto, corresponde ao verbete “desconhecimento” utilizado por Nietzsche em diversas obras suas (em alemão, desconhecimento grafa-se *Verkenntnis*). Ora, *Verkenntnis* fora uma palavra cunhada por Nietzsche e não significa a privação ou a negação de um conhecimento devido, mas sim “[...] o não perceber, o não reconhecer, errar no julgamento, conhecer erradamente, trocar uma pessoa por outra [...]”; haja vista não existe o verbo desconhecer (no sentido de negação ou de privação do conhecimento) na língua alemã. [Cf. NIETZSCHE. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro, 1992, Nota do tradutor N.º 22, p. 220.] Em suma, o referido desconhecimento de si mesmo do homem, segundo a ótica nietzschiana, ocorre devido ao fato de que, através do paradigma da racionalidade, o ser humano conhece-se de um modo equivocados. De sorte que o homem torna-se um estranho a si próprio.

primado da razão – se constitui em uma inexatidão incomensurável. Em outros termos, segundo a lógica argumentativa do pensador alemão focalizado, o ser humano jamais deverá ser compreendido como sendo um tipo de ente substancialmente dotado e caracterizado privativamente pela racionalidade.

Nessa direção, Nietzsche postula que o homem manifesta-se, antes de qualquer outra coisa, como um ser que sempre busca viver e, por conseguinte, este mesmo homem evidencia-se como sendo um ser que, ordinária e ininterruptamente, procura afirmar a vida, melhor dizendo, procura sempre afirmar o seu próprio viver. Eis, aqui, uma possível interpretação do homem subjacente no pensamento nietzschiano sob a iluminação, evidentemente natural ou imanente, da vontade de sobrevivência.

Assim, até naquilo que diz respeito a comportamentos aparentemente racionais (tais como o julgamento), há uma influência decisiva de elementos “pré-racionais”, pois o homem responde aos estímulos do mundo a partir de sua leitura desses mesmos fomentos; e essa interpretação, por sua vez, ocorre a partir de como o homem sente-se, ou não, (eis aqui um juízo) desafiado em sua sobrevivência por tal provocação do mundo.

III – O entorno do homem como objeto de conhecimento da razão:

Recapitulando o que fora visto até aqui: nesta lógica de valorização da vontade de sobrevivência como algo imprescindível ao desenvolvimento da espécie humana, segundo o filósofo alemão, o homem perenemente arroga sobre si a qualidade de um ser que sempre deseja viver. Entretanto, o mesmo se percebe desprovido de ferramentas úteis e necessárias para tal intento; por exemplo, o homem não possui a destreza física, inerente a outros animais distintos dele, que lhe possibilitasse preservar a sua vida frente às adversidades do mundo. Diante desta situação compondo-se como um ser que sempre quer viver, mas concomitantemente desprovido dos diversos recursos que lhe oportunizem a manutenção de tal vivência, o homem engendra a razão como um tipo de mecanismo a ser utilizado a fim de garantir-lhe a sobrevivência. Por conseguinte, é possível inferir que a razão fora criada no homem e pelo homem a partir da vontade de sobrevivência, a qual

indubitavelmente se faz presente no mesmo. Dessa forma, algo não racional (a vontade de sobreviver), de algum modo, esculpiu a racionalidade humana; isso de tal maneira que até mesmo os juízos (enquanto discernimento racional) são delineados a partir de uma força “pré-racional”.

Sendo assim, a razão do homem possui um objeto específico para se debruçar, e esse mencionado objeto de atenção da racionalidade é justamente a realidade circundante ao ser humano, isso com a finalidade de garantir-lhe as condições necessárias para a sua sobrevivência. Logo, a razão serve rigorosamente para o conhecimento daquilo que é externo ao ser humano. Ou, em outros termos, segundo a linguagem da lógica clássica, por intermédio da racionalidade o ser humano conhece exclusivamente objetos que não detêm identidade com ele próprio, isto é, a razão conhece unicamente aquilo que não é o homem (o “não-homem”). De sorte que, segundo Nietzsche, estagnando-se na racionalidade, o homem jamais conhecerá a si próprio em sua completude. Portanto, far-se-á ordinário que o ser humano dê um passo além das fronteiras da racionalidade e, assim, perceba que a razão não se constitui como sendo a derradeira e absoluta palavra naquilo que diz respeito ao seu autoconhecimento. Afinal, como fora anteriormente observado, a razão não se erige como sendo aquilo que há de mais essencial, no sentido daquilo que há de mais primitivo no homem.

É claro que nessa crítica à tutela irrestrita da racionalidade como forma paradigmática de interpretação ou compreensão do humano, Nietzsche, simultaneamente, estabelece duas de suas peculiaridades filosóficas cuja primeira se caracteriza como sendo uma dupla negação; já o segundo traço específico erige-se como uma afirmação. As duas singularidades nietzschianas aqui referidas são as seguintes: a) primordialmente, Nietzsche salienta uma robusta negação à postura do “socratismo” (tal qual ele o entende), bem como a recusa ao seu protótipo de homem teórico; e b) em sequência, o filósofo postula uma afirmação determinante, a saber, que para além do limiar da racionalidade existe algo mais íntimo e que por isso se faz fundamental para a interpretação do que é o homem, e evidentemente a citada força pulsante no ser humano só poderá ser a própria vontade de sobrevivência.

Sendo assim, um elemento anterior à racionalidade, por aprimorar o próprio homem, encontra-se vinculado a uma conduta normativa do mesmo, afinal, através da vontade de sobrevivência é que o homem emite juízos sobre o mundo, isto é, ele

lhe atribui valoração, normatizando – inclusive moralmente – o que é bom e o que é mal. Esta discussão será retomada mais à frente neste ensaio⁷.

IV – A exclusividade da razão conduz o homem ao desprezo de suas experiências:

Em decorrência dessa circunstância hostilizada por Nietzsche – o uso indiscriminado e eliminatório da razão por parte do homem, isso com o propósito de alcançar um pretense autoconhecimento – ocorrerá, por parte da pessoa humana, um verdadeiro desdém pelas suas próprias vivências. Afinal, se a razão serve sobretudo para conhecer aquilo que é externo, ou seja, aquilo que não é o homem, as vivências que ocorrem com o ser humano e se tornam parte integrante dele serão ignoradas pelo próprio homem, quando embevecidas restritamente por intermédio da razão. A respeito da falta de apreço e até da repulsa do homem para com as suas próprias vivências, assim se expressa o filósofo alemão (NIETZSCHE, 1998, p. 7):

quanto ao mais da vida, as chamadas ‘vivências’, qual de nós pode levá-las a sério? Ou ter tempo para elas? Nas experiências presentes, receio, estamos sempre ‘ausentes’: nelas não temos o nosso coração – para elas não temos ouvidos.

Ora, se existe, em conformidade com o pensamento nietzschiano, uma decisiva disparidade entre a razão e as vivências humanas, isso indica que o homem, ao fazer a opção de agarrar-se exclusivamente ao paradigma da racionalidade, sem perceber que a razão é produto de algo maior e precedente a ela (no caso, a vontade de sobrevivência), este citado tipo de homem tornar-se-á estranho e distante de si mesmo. Afinal, ratifica-se que a vontade de sobrevivência constitui-se no impulso latente de maior vigor e ímpeto que se faz presente e imperativo no ser humano. Aliás, naquilo que concerne o estranhamento e o distanciamento do homem de si mesmo, Nietzsche (1998, p. 7) postula o seguinte:

[...] continuamos necessariamente estranhos a nós mesmos, não nos compreendemos, *temos* que nos mal-entender, a nós se aplicará para

⁷ Cf. item VI – *A vontade de conhecimento direciona o olhar ao valor dos valores morais.*

sempre a frase: 'Cada qual é o mais distante de si mesmo' – para nós somos 'homens do desconhecimento'...

Nesta linha interpretativa, o pensador compreende que a verdade, tão almejada pelo ser humano, não se constitui em uma mera adequação de sua razão às coisas; mas, ao contrário, a verdade não está em jogo no perspectivismo do pensamento de Nietzsche, pois, para ele, a existência é absurda (afinal, conserva bases não racionais), logo não há qualquer sentido ou verdade nela e sobre ela. Assim sendo, o máximo que se pode fazer é engendrar uma interpretação que ofereça uma significação ilusória à própria existência, mas que, ao mesmo tempo, seja uma hermenêutica estética, isto é, que seja bela e sublime, portanto, que se relacione sobretudo com a sensibilidade o suficiente para propiciar, frente à falta de sentido do existir, a afirmação da vida por parte do homem. Essa interpretação estética alude para uma significação existencial através da vontade de sobrevivência do humano. E esta, por sua vez, é produto da vontade de poder presente em toda e qualquer expressão da vida. Logo, o objeto focado por Nietzsche, ao tratar da vontade de poder não é simplesmente o humano, mas, sim, toda a existência.

Portanto, como já constatado, em uma espécie de argumento próximo à filogenética, Nietzsche postula que a vontade de sobrevivência utiliza da razão ao seu favor, isso a fim de alcançar a sua meta, a saber, convocar o homem a afirmar o viver. Dessa maneira, a referida vontade de sobrevivência predomina no homem de tal modo que ele pode controlar como manifestá-la, mas, salvo alguma disfunção, ele não pode impedir as manifestações da vontade de sobrevivência e da afirmação da vida. Enfim, elas predominam nele e em seu existir. Por conseguinte, a vontade de sobrevivência, antecipando-se à razão, funda, em primeira instância, o ser humano como um ente que quer, antes de qualquer coisa, continuar vivendo. De sorte que a apatia frente à vida (inclusive em prol de ideais ascéticos) será entendida como algo quase que desumano e decadente ou, no mínimo, doentio.

V – A vontade de sobrevivência como vigor gerador da racionalidade humana:

De acordo com Nietzsche, poder-se-á afirmar que para continuar vivendo, o

homem segue o instinto (ou a pulsão) da vontade de sobrevivência e inventa para si mesmo a razão com as suas faculdades: previsibilidade, possibilidade de cálculos, racionalização, compreensão estável etc.. Em suma, segundo Nietzsche, o homem gera a razão estratégica e instrumental a fim de tentar mais adequadamente garantir, a si mesmo, o viver.

A partir das faculdades racionais acima citadas, surgiu a vontade de conhecimento, ou seja, o desejo de compreender mais profundamente o seu mundo e assim poder lidar melhor com o mesmo, sempre tendo a frente dos olhos a autopreservação. Ora, para Nietzsche, a partir da vontade de conhecimento desabrochará a vontade de verdade, isto é, o desejo humano de alcançar uma espécie de conhecimento absoluto, perfeito, imutável e eterno. Em um encadeamento de elementos volitivos, as vontades de poder, de sobrevivência, de conhecimento e de verdade originaram-se a filosofia e a metafísica. Desta maneira, segundo a hermenêutica nietzschiana, até o mais abstrato dos projetos da racionalidade (a empreitada metafísica de investigação pelo ser), de algum modo, tem suas fundações em algo não racional, isto é, em um sentimento volitivo, em uma vontade. Aliás, a vontade de conhecimento e a vontade de verdade, assinaladas por Nietzsche, se encontram primordialmente inseridas no campo dos instintos humanos, dos impulsos naturais, das pulsões, da imanência do mundo e do corpóreo; e não no âmbito das afirmações puramente metafísicas ou transcendentais, tal qual sobrevém na tradição filosófica. Logo, poder-se-á inferir que para conhecer a si mesmo, o homem impreterivelmente deve dedicar-se a compreender não só à sua racionalidade, mas também, e simultaneamente, à vontade de sobrevivência pulsante nele; portanto, o ser humano não deve dedicar-se simplesmente a esquadriñar o fruto da sua vontade de viver, o qual fora histórica e conceitualmente denominado por intelecto, ou seja, o homem não deveria empenhar-se tanto em meramente mapear a geografia mental do entendimento humano.

É justamente embrenhando-se nesta direção de complementariedade entre a vontade de viver e o seu fabrico (a razão), que o homem perceberá que o último, de algum modo, desvela a vontade de conhecimento e a vontade de verdade do próprio ser humano. Em outras palavras, o homem, ao perceber que é dotado com a racionalidade, percebe que nele existe uma vontade de conhecimento, uma força volitiva que o impulsiona a buscar entender melhor o seu mundo. E mais, o ser

humano, outrossim, percebe que a razão, enquanto artefato da vontade de sobrevivência, possibilita e instiga nele próprio, como condição necessária, essa vontade de conhecer as coisas.

No que tange o conhecer humano, Nietzsche afirma que quando se quer conhecer algo especificamente, por exemplo, uma noção conceitual da moralidade, este referido querer não advém de alguma coisa isolada (na exemplificação em destaque, da moral em si), mas, ao contrário, todo e qualquer processo investigativo é fruto direto de uma única e mesma raiz que é justamente a vontade de conhecer. Ademais, ratifica-se mais uma vez que a vontade de conhecimento enfocada pelo pensamento nietzschiano apela para algo ainda mais primitivo que é a vontade de sobrevivência que, por sua jornada, é entendida enquanto exibição da primordial vontade de poder, isto é, manifestação da própria existência, a qual, em todo o tempo e lugar, sempre busca afirmar-se.

Portanto, poder-se-á concluir que a razão é uma faculdade estrutural no ser humano, sobretudo, devido a sua crucial importância estratégico-instrumental para a conservação da vida. Todavia, é necessário perceber que a mesma opera a partir de um impulso volitivo, isto é, não racional e anterior a ela. Desse modo, o mundo afeta o homem instigando-lhe a sua vontade de sobreviver e este, por sua vez, busca reagir, o mais adequadamente possível, por intermédio da utilização do utensílio mais aprimorado que possui, a saber, a razão. Nesse processo, soergue-se um grau cada vez mais envolvente de implicação entre o homem e o mundo. Logo, há uma espécie de “pré-consciência” do ser humano, a qual se caracteriza pelo fato de o homem perceber que ele existe como um ente que persegue ininterruptamente o prolongamento de sua vida. Ou seja, ao experimentar a vontade de sobrevivência, o homem toma “consciência” (ainda que não racionalizada) de sua própria existência e do seu modo de vida no mundo. Enfim, em uma aproximação ao pensamento de Heidegger (2005, p. 90 – 102), em sua obra inacabada “Ser e tempo” (1927), pode-se declarar que o homem, ao experimentar a vontade de sobreviver e ao utilizar a razão para concretizá-la frente aos desafios da existência, percebe-se implicado com o mundo, ou seja, o ser humano se concebe como um “ser-no-mundo”.

Em suma, é a partir da integração entre a vontade de sobrevivência e a racionalidade que o homem procura estrategicamente responder, de modo mais pertinente e efetivo, às ameaças e afrontas que o seu meio lhe impõe, interagindo com

o mesmo.

VI – A vontade de conhecimento direciona o olhar ao valor dos valores morais

Fitando com mais esmero a vontade conhecer, Nietzsche demonstra que existe no homem uma preocupação fundamental. Afinal, todas as pessoas, em algum instante determinado de sua existência, irão pensar (portanto, terão vontade de investigar) a respeito dos valores bom e mau, isto é, em algum momento, todo ser humano busca conhecer o que é considerado bom e o que é tomado como sendo mau. E mais, tal vontade de conhecimento acerca do bem e do mal desembocará no desejo de conhecer a origem de tais juízos de valores. Ou seja: De onde vêm o bem e o mal? Contudo, segundo a reflexão nietzschiana, o problema é que as pessoas, quando pensam na origem desses valores, são pueris, pois elas ficam estagnadas nessa etapa da investigação e se esquecem de progredir inquirindo-se acerca de algo, segundo ele, ainda mais medular: Qual o sentido dos valores? Ou, em linguagem nietzschiana, qual é o real valor dos valores?

Portanto, fica evidente nessa etapa da investigação especulativa que o filósofo alemão não quer simplesmente buscar a origem dos valores morais, mas, sim, algo muito mais árduo e honroso, isto é, Nietzsche quer saber qual é a origem e, sobretudo, a fundamentação do valor dos valores morais. E eis aqui o problema central a ser abordado por Nietzsche em várias de suas obras como, por exemplo, a “Genealogia da moral”. Inclusive, o célebre argumento da vivência histórica de duas morais distintas, analisadas genealogicamente por Nietzsche (a moral do forte e a moral do fraco), apontam para o desenvolvimento de uma série específica de sentimentos: os sentimentos morais, os quais podem ser apreendidos por intermédio da cultura, isso na própria experiência histórica da humanidade (NIETZSCHE, 1998, p. 17 – 46).

Todavia, a problemática inerente ao valor dos valores morais na filosofia nietzschiana, inclusive com o debate acerca da formação e do aprendizado dos sentimentos morais, se compõe em uma amplidão significativa e, por conseguinte, esta pesquisa específica suscitará novas, diversificadas e abrangentes questões. Por

isso mesmo, a discussão nietzschiana acerca do valor dos valores morais se faz um tema dignitário de ser abordado em uma outra investigação posterior a essa que, agora, se encontra em curso.

Porém, de modo muito sintético e pouco rigoroso, pode-se afirmar que, segundo a ótica de Nietzsche, a moral encontra-se intimamente relacionada à vontade de sobrevivência, afinal essa última engendrou a razão, a qual, por seu turno, propicia ao homem elaborar subterfúgios para continuar vivendo através de julgamentos que o próprio ser humano faz acerca do seu mundo circundante. Ora, a moralidade que, de acordo com o pensador contemporâneo, orbita em torno das noções conceituais de bem e mal é justamente uma valoração do mundo, isto é, ela se caracteriza como sendo um julgamento da existência, daquilo que se encontra no entorno do homem; como todo julgamento advém da razão, e essa provém da vontade de sobrevivência, é oportuno declarar que a moral indiretamente – pois há óbvia intermediação da racionalidade – também fora arquitetada por uma forma de erupção da vontade de sobrevivência do homem.

Nessa direção, Nietzsche igualmente compreende que tanto a filosofia tradicional, quanto a sua inédita crítica à moral, vigente no Ocidente (a moralidade judaico-cristã), são resultados da força volitiva que atua no homem. A fim de elucidar tal assertiva, assim registra Nietzsche (1998, p. 8), no prólogo à Genealogia da moral:

o fato de que me ateno a eles ainda hoje [referindo-se aos seus pensamentos sobre a origem da moral e o valor dos valores morais], de que eles mesmos se mantenham juntos de modo sempre firme, crescendo e entrelaçando-se, isso fortalece em mim a feliz confiança em que não me tenham brotado de maneira isolada, fortuita, esporádica, mas a partir de uma raiz comum, de algo que comanda na profundidade, uma *vontade fundamental* de conhecimento que fala com determinação sempre maior, exigindo sempre maior precisão. Pois somente assim convém a um filósofo.

Em uma perspectiva que pode ser aproximada à argumentação de Nietzsche, Michael Stocker e Elizabeth Hegeman afirmam, no texto intitulado “O valor das emoções”, que um elemento “pré-racional” (não exatamente a vontade de sobrevivência nietzschiana, mas sim a emoção) direciona, em certa medida, o julgamento do homem sobre as circunstâncias da vida e que tal julgamento é de ordem moral (isso, no sentido de que se valoriza algo, mesmo que, necessariamente, não se esteja em sintonia com o valor em si da coisa julgada), bem como indica a

natureza “ontológica” dos valores desvelados por intermédio das emoções. A este respeito, assim se expressam Stocker e Hegeman (2002, p. 90):

voltemo-nos agora para algumas questões sobre a natureza ‘ontológica’ dos valores revelados pelas emoções. Elas podem mostrar o ato de *valorizar*, em vez dos valores: como uma pessoa valoriza algo, não o valor que alguma coisa tem ou que ela pensa ter. Às vezes, as pessoas dispõem de emoções que contêm e revelam valorações, não valores; e às vezes elas possuem emoções que denotam falta de valoração, mesmo diante de um valor reconhecido.

Em suma, parece que o julgar do homem sobre a vida, seja na perspectiva de Nietzsche ou de Stocker e Hegeman, encontra-se pautado em um arcabouço “pré-racional”, seja ele o emocional, como no caso dos últimos autores, seja na vontade, como postula Nietzsche.

VII – Considerações finais

Finalizando o prólogo de sua “Genealogia da moral”, Nietzsche faz uso de uma imagem no mínimo inquietante: a imagem de um animal ruminante (mais rigorosamente, a imagem de uma vaca). Parece que tal representação imagética se constitui como sendo um instrumento a ser utilizado como uma espécie de alegoria, a qual detém em si o intuito profilático de lembrar ao homem moderno e ocidental (isto é, ao homem que almeja se definir ou se categorizar como sendo unicamente um tipo de ser substancial e estritamente racional) que, em verdade, ele, o homem, se caracteriza como um animal repleto de pulsões, instintos, sentimentos e emoções, portanto sendo um ente orientado pela vontade de sobrevivência a sempre afirmar o seu viver.

Em suma, a figuração da vaca – ente não racional – em comparação ao homem, alude para a importância de elementos “pré-racionais” no ser humano, os quais se manifestam no corpóreo, possibilitando assim a percepção sensorial que envolve tanto aquele que percebe (o homem), como o que é percebido (o mundo) e a própria ação de perceber (a interação do homem com o seu entorno). Ora, a percepção é uma valoração, pois ao perceber o mundo, o homem o julga. E a partir desse julgamento, haverá uma intervenção daquele que aquilata a existência, isto é,

ele irá reagir àquilo que afetou a sua percepção. Inclusive, ele tanto poderá apreciar como também refutar moralmente o que fora contemplado, pois o homem pode deliberar se um determinado ente ou fenômeno do mundo que lhe imprimiu um afeto sensorial é, ou não, benéfico para a sua subsistência; e a partir desse seu ajuizamento moral, poderá responder ao fomento por ele percebido. Em decorrência desse primeiro arbítrio moral, poderão ser desenvolvidos diversos outros julgamentos e atos, os quais irão constituir e alicerçar o próprio comportamento moral do ser humano. Eis aqui, portanto, a relação entre a vontade de sobrevivência (força volitiva e não racional) e a moralidade.

Nesta lógica argumentativa, Nietzsche não desdenha a racionalidade, ele apenas reinterpreta o seu lugar no desenrolar do viver humano. Afinal, como fora outrora observado, a vontade constante de afirmar o próprio viver irá, primordialmente, conferir ao homem o seu caráter de humanidade. Pois, um sujeito que não busca afirmar a sua vida, segundo Nietzsche, afasta-se daquilo que pode ser interpretado como sendo o humano.

Sintetizando, poder-se-á inferir que a pessoa humana é apreciada, no pensamento nietzschiano, como uma espécie de um ser que sempre pleiteia sobreviver, isso antes mesmo de ser (na linguagem da tradição aristotélica) um “animal racional”. Entretanto, é válido ressaltar que tal afirmação não significa a defesa de uma soberana preeminência da vontade em detrimento da razão. Essa dicotomia entre a racionalidade e a vontade não se faz presente no pensamento de Nietzsche; ele simplesmente – em oposição à tradição filosófica, pelo menos àquela anterior a Alexander Baumgarten (1750), em sua obra “Estética” – não trata os elementos não racionais com desprezo. Na verdade, Nietzsche reputa as vontades de poder e de sobrevivência como sendo os primeiros passos em direção à racionalidade; não como elementos dotados de um menor grau de perfeição, mas sim como fatores que antecedem e desencadiam a própria razão humana. Enfim, há nessa elucubração nietzschiana não uma irracionalidade, mas, ao contrário, um avultar, de cunho semelhante à argumentação filogenética, de um “ir à racionalidade”.

Ademais, por intermédio da metáfora da vaca, o filósofo parece igualmente querer rememorar que, nos tempos hodiernos, o homem abdicou de realizar uma de suas atitudes fundamentais, a saber: a ação de ruminar (insígnia de um fenômeno “pré-racional”); entretanto o homem deve ruminar meditativamente sobre a vida

(provável influência da filologia, como modo lento de leitura, sobre o pensamento nietzschiano⁸). Em outros termos, para Nietzsche, o homem deve constantemente retomar a reflexão acerca de toda a existência (em conformidade com a interpretação nietzschiana, a qual reputa um prestígio cabal ao devir), sempre a partir das vontades de poder, sobrevivência, conhecimento e verdade. Para tanto, o homem deve buscar sempre ruminar meditativamente todas as suas noções acerca da realidade e de si mesmo, pois é possível que através da ruminação reflexiva, continuamente fazendo memória que a razão provém da vontade de sobrevivência, o homem talvez possa conhecer a si mesmo. Desse modo, o filósofo da transvaloração dos valores sobreleva a necessidade da construção de uma certa hermenêutica ruminante acerca da realidade existencial, como vereda plausível para o autoconhecimento humano. Acerca da necessidade de ruminar meditativamente assim escreve o filósofo em foco (NIETZSCHE, 2008, p. 17 – 23):

é certo que, a prática desse modo de leitura como *arte* [referindo-se, nessa ocasião, aos aforismos – forma corriqueira com que escreve], faz-se preciso algo que precisamente em nossos dias está bem esquecido – e que exigirá tempo, até que minhas obras sejam ‘legíveis’ –, para o qual é imprescindível ser quase uma vaca, e *não* um ‘homem moderno’: o *ruminar...*

Por fim, é precisamente por meio do autoconhecimento advindo da vontade que o homem poderá empreender a indústria do maior projeto (ou sonho) nietzschiano: a largamente controversa transvaloração dos valores. E como o conhecer de si próprio do ser humano pode efetivar-se através da compreensão e valorização da vontade de sobrevivência, torna-se evidente que a contemporânea crise do paradigma da racionalidade se faz um vetor promissor para que o homem se interprete enquanto ente que incessantemente busca sobreviver, isto é, como parte integrante e aparição da vontade de poder, a qual permeia e configura todo o existir.

Referências

AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira – São Paulo: Paulus, 1995.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor Mikháilovitch. **Memórias do subsolo**. Tradução de Boris Schnaiderman. – São Paulo: Editora 34, 6.^a ed., 2009. (Coleção Leste)

⁸ Cf. NIETZSCHE. **Aurora**. 2008, p. 17 – 23.

HEIDEGGER, Martin. **Nietzsche**. Tradução de Marco Antônio Casanova. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, Vol. 1, 2010.

_____. **Ser e tempo**. Parte – I. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. – Petrópolis, RJ: Vozes, 14.^a ed., 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução de Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Aurora**: reflexões sobre os preconceitos morais. Tradução de Carlos Antonio Braga. – São Paulo: Escala, 2.^a ed., 2008. (Coleção: Grandes Obras do Pensamento Universal – N.º 66).

_____. **Crepúsculo dos ídolos**, ou, Como se filosofa com o martelo. Tradução de Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PEQUENO, Marconi. A moral e as emoções. In. **Revista do CCHLA**, João Pessoa, ano IX, n.º 2, 2002, pp. 67 – 88.

STOCKER, Michael; HEGEMAN, Elizabeth. **O valor das emoções**. Tradução de Cecília Prada. – São Paulo: Palas Athena, 2002.

